

RESOLUÇÃO Nº 35/2005
(Publicada no Diário Oficial de 22/03/2005)

Ratificada pela Resolução nº 164/05.

Alterada pela Resolução nº 128/15

Habilita a ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA., aos benefícios do DESENVOLVE.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO DESENVOLVE, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.980, de 12 de dezembro de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002, alterado pelos Decretos nºs 8.413, de 30 de dezembro de 2002, 8.435, de 03 de fevereiro de 2003, 8.665, de 26 de setembro de 2003, 8.868, de 05 de janeiro de 2004, 9.152, de 28 de julho de 2004 e 9.188, de 28 de setembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º Considerar habilitado, “*ad referendum*” do Plenário, aos benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, o projeto de implantação da ZUPPANI INDUSTRIAL LTDA., CNPJ nº 00.286.633/0009-65, localizado em Salvador - neste Estado, para produzir material de limpeza e velas, sendo-lhe concedido os seguintes benefícios:

I - diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas importações e nas aquisições neste Estado e em outra unidade da Federação, relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;

II - dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS, relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe II, da Tabela I, anexa ao Regulamento do DESENVOLVE.

III - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições internas de parafina macrocristalina e microcristalina, nos termos do inciso XXXIV do art. 286 do Regulamento do ICMS, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultante da sua industrialização.

Nota: O inciso III foi acrescentado ao art. 1º pela Resolução nº 128, de 15/12/15, DOE de 23/12/15, efeitos a partir de 23/12/15.

Art. 2º Conceder prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contado a partir do início das operações comerciais do projeto incentivado.

Art. 3º Sobre cada parcela do ICMS com prazo de pagamento dilatado, incidirá a TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 17 de março de 2005.

JOSÉ LUIZ PÉREZ GARRIDO
Presidente